

O ministério dos leigos numa Igreja de comunhão

O capítulo anterior nos ofereceu uma definição de comunhão que nos permite admiti-la como eixo integrador das dimensões da Igreja. Entretanto, o assunto não se esgota na simples definição. É necessário verificarmos na prática, se de fato podemos perceber comunhão no Povo de Deus. Neste capítulo verificaremos esta possibilidade.

A afirmação “um povo tem história” do Pe. José Comblin⁴¹ também significa que a discussão acerca da comunhão conduz a uma experiência vivida pelo Concílio Vaticano II, a de abertura para um apelo à condição de sujeito que se aplica a todos os homens indistintamente. Nesse sentido, o ser humano faz a história e dá a ela a forma de seus anseios, de suas lutas e de sua cultura. A Igreja procura viver esta realidade da condição humana não como expectadora, mas como parte dela, como afirma Dom Aloisio Lorscheider:

Essa inserção nas realidades do mundo caracteriza a novidade do seu agir: Ela quer realizar aqui e agora, nesse dado momento histórico a sua missão salvífica em relação ao mundo e ao homem como serviço à vida, serviço à comunidade dos homens⁴².

A expressão “agir” nos remete à própria dimensão participativa da humanidade que é atuante no mundo desde seus primórdios, tanto quando falamos religiosa, como cientificamente. Primeiro, quando lemos o livro do *Gênesis* encontramos a atuação humana como resultante de uma ordem do seu próprio Criador: “sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a; dominai sobre as aves do céu e todos os animais que rastejam sobre a terra” (Gn 1,28). Nesse sentido, a Palavra de Deus se exprime como exortação à ação, ao protagonismo humano. Carlos Mesters e Francisco Orofino fazem uma referência à nossa condição de seres privilegiados, que nos auxilia em nosso auto reconhecimento de sujeitos no mundo. Eles afirmam que as narrativas do *Gênesis* “(...) querem aprofundar em nós a identidade e a missão como seres humanos e

⁴¹ Comblin: *O Povo de Deus*. São Paulo:Paulus; 2002; pg. 58.

⁴² LORSCHIEDER, A. Apresentação In GONÇALVES, P. S. L.; BOMBONATTO, V. I. (Org.). *Concílio Vaticano II – Análise e prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004.

povo de Deus”⁴³. Como abordamos atentamente no primeiro capítulo deste trabalho, a Igreja é um desejo de Deus que se concretiza com a presença de Jesus e se torna perene com o Espírito Santo, portanto, uma obra de origem trinitária e com a Trindade identificada.

Cientificamente falando, a humanidade é atuante em sua essência e a história testemunha essa presença do agir humano na filosofia, na matemática, na física, etc. A capacidade do homem de pensar e de construir a partir do pensamento está presente em todo o mundo. Desde os filósofos da natureza⁴⁴, passando por Sócrates, Platão e Aristóteles, Copérnico até chegarmos a um dos maiores inventores da modernidade, Thomas Edison, e posteriormente à era da informática, percebemos a presença criadora do homem.

Tanto a Sagrada Escritura, como a ciência, nos situam como sujeitos no processo histórico e por isso a Igreja, elemento histórico, não se abstêm de fazer o mesmo, conforme atesta Libânio:

Ao apresentar o novo *modo* de considerar a Igreja a partir de sua natureza e de sua missão (LG 1), o Concílio na sua Constituição Dogmática *Lumen Gentium* assume que a Revelação e a Igreja são realidades acontecidas e constituídas na história e através de acontecimentos históricos concretos⁴⁵.

No que é acompanhado por Velasco,

Este salto, ou seja, a mudança histórica conciliar pressupõe um novo paradigma de compreensão: uma concepção, dinâmica, histórico-evolutiva da realidade do mundo e, dentro dele, uma compreensão lúcida do caráter histórico do cristianismo e da Igreja, e da historicidade constitutiva de toda eclesiologia⁴⁶.

Não se pode, com isso, imaginar que a Igreja esteve, em algum momento à parte do movimento da história, mesmo por que ela está no mundo e o que está no mundo, está na história. Mas ela pode, sim, considerar-se alheia ao processo histórico, sobretudo quando pensamos no que afirma O Pe. José Comblin:

Uma igreja puramente comunhão não tem corpo, não tem matéria, não evoca nada de concreto. Ela é puramente imaterial, uma comunhão de almas tocadas de vez em quando por sinais materiais – os mesmos para todos. Essa Igreja é alma sem corpo, espírito sem matéria. Sobrevoa a história humana, mas não entra nela. Não entra no mundo, toca nele tangencialmente de vez em quando, mas permanece acima dele⁴⁷.

⁴³ MESTERS C.; OROFINO, F. *A Terra é nossa Mãe* – Genesis 1-12 (série: A Palavra na vida) Rio Grande do Sul: CEBI, 2007, p. 7.

⁴⁴ BORNHEIN, Gerd. (org.). *Os Filósofos Pré-socráticos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1998, p. 7.

⁴⁵ Cf. LIBÂNIO, J.B. Vaticano II: Abordagem pastoral In *Semana Teológica do ITEP* – Ceará, 2003, p. 1.

⁴⁶ VELASCO, R. *A Igreja de Jesus: Processo Histórico da Consciência Eclesial*. Petrópolis, 1996, p. 234.

⁴⁷ COMBLIN, J. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 127.

No entanto, comunhão não é uma simples abstração, é unidade de indivíduos, e como vimos em Tillard, até na dispersão a Igreja é, de fato comunhão, visto que o múnus cristão não se esgota na institucionalidade e no culto ou em serviços prestados no templo. Mas a consideração “*povo*”, de acordo com o próprio Pe. Comblin, por si só já insere a Igreja na história e lhe confere protagonismo no mundo, o que em João Batista Libânio fica claro quando aborda a questão pastoral:

(...) essas reflexões querem ser um esforço de deitar luz sobre a caminhada da Igreja, sua presença dentro de uma sociedade marcada pelo conflito (...) os conflitos reduzem-se, em última análise, a indivíduos bem/mal intencionados, bem/mal informados. E a partir daí se deve compreender toda a atividade pastoral da Igreja⁴⁸.

Como a Igreja se encontra na sociedade não pode ser indiferente a essa realidade. E ao que parece, de fato a Igreja no Brasil reconhece que precisa conhecer a real situação que a rodeia e no documento 62 a CNBB elenca alguns dos problemas que tende a enfrentar em defesa da vida:

A concepção relativista da verdade e extremamente individualista da liberdade leva à aceitação de práticas – como aborto, eutanásia, uso das drogas, busca desenfreada por bens materiais e a negação da solidariedade – que desprezam o valor da vida humana. Na encíclica *Evangelium Vitae*, João Paulo II fala de “um combate gigantesco e dramático entre o mal e o bem, a morte e a vida, a ‘cultura da morte’ e a ‘cultura da vida’. Encontramo-nos não só ‘diante’, mas necessariamente ‘no meio’ de tal conflito: todos estamos implicados e tomamos parte nele, com a responsabilidade irrenunciável de ‘decidir incondicionalmente a favor da vida’⁴⁹”.

Considerando esta posição, a presença do cristão no mundo não deve passar despercebida. Ele possui uma consciência que produz uma atitude, o colocar-se à disposição da realidade para transformá-la. O povo de Deus, com sua boa vontade é um agente social e isso se reforça, ainda pelas palavras de Libânio: “agir da Igreja no mundo”⁵⁰. A presença da Igreja precisa ser marcante ao ponto de tornar-se referencial de mudança, de contraste em relação aos diversos desafios que exige a construção de uma sociedade justa e relações fraternas.

Essa reflexão em torno da atuação cristã na sociedade coloca a Igreja na importante condição daqueles que não se fazem indiferentes diante da história, não se apartam do mundo. Desta forma, considerando Libânio, tanto o aspecto transcendental, como o mundo palpável são fundamentais para uma análise da

⁴⁸ LIBÂNIO, J. B. *Pastoral numa sociedade de conflitos*. Petrópolis: Vozes, 1982, pp. 12 e 37.

⁴⁹ CNBB, Documento 62, 25.

⁵⁰ LIBÂNIO, J. B. *Op. cit.*, p. 23.

realidade. Este assunto “poderia ser abordado numa perspectiva sociológica científica. Nesse caso, o interesse seria encontrar categorias, modelos, paradigmas que façam emergir a consciência a experiência social do conflito”⁵¹. Entretanto, à frieza da análise científica se acrescentam elementos como a necessidade da Igreja de ser perene e de também manter-se ligada ao seu fundamento, o Evangelho. Libânio procura então aliar estes elementos à abordagem científica da realidade:

Preferimos chamar por isso de abordagem pastoral. Não salta a sociológica. Não prescinde dela. Não escapa a seus percalços ideológicos, submete-os a um critério e interesse fundamental: a fidelidade da Igreja à sua consciência evangélica⁵².

Esta análise nos ajuda a compreender que a ação pastoral deve fundamentar-se na realidade, mas jamais perder de vista a origem da Igreja a qual se refere, o Evangelho. Também é possível inferirmos que a atividade pastoral deve usar a ciência como aliada a fim detectar os problemas a serem enfrentados e as melhores maneiras de fazer esse enfrentamento. O olhar científico acompanhado do sentimento cristão possibilita a percepção clara de elementos antagônicos na sociedade. Isso nos conduz às opções que encontramos diante do real. Diante disso, a presença da Igreja no mundo requer escolhas. Ela é comunhão, é povo de Deus, o que se traduz em, segundo José Comblin, “Igreja dos que são materialmente pobres”⁵³. Sobretudo na América Latina, os católicos têm vivenciado a opção pelos pobres e isso se faz importante, ainda segundo Comblin:

A Igreja deve escolher, definir-se. Não definir-se já quer dizer ter-se definido. Se guarda o silêncio, é sinal de que escolheu a aliança com os poderes. Quem está com os poderosos nunca reconhece que está com os poderosos: fica calado, porque não pode ou não quer dizer que está com os pobres. Por isso a expressão ‘povo de Deus’ é tão importante. Ela significa uma opção, a opção de Medellín. Quem está com os poderes não pode ter uma preocupação de povo. Não precisa do povo e o povo atrapalha a sua vida. Quer ser ele mesmo, de acordo com o modelo neoliberal, e mais nada. Povo quer dizer realidade humana corporal, material, histórica angústia e esperança. Quem tem poder vê no povo somente um sujeito que limita a liberdade individual, a liberdade dos poderosos, que é dependência da vontade de poder⁵⁴.

Libânio vai além dessas considerações quando adverte para o aproveitamento das ciências nas abordagens da Igreja. É certo, como propõe Comblin, que se assuma posição diante dos desafios da realidade. Entretanto, é

⁵¹ *Ibid.*

⁵² *Ibid.*, p. 24.

⁵³ COMBLIN, J. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 410.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 410.

importante que se estabeleça estratégias, se formule uma metodologia e para tanto não se pode prescindir das ciências. Daí a questão da abordagem sociológica dos conflitos sociais. Então a ação pastoral é o primeiro passo da Igreja em direção ao seu propósito de oferecer alternativas às diversas dificuldades que emergem das relações sociais. O passo seguinte encontramos em Libânio:

Nessa aproximação pastoral necessitamos das mediações sócio-analíticas para desvendarmos os mecanismos da sociedade. Nesse uso move-nos o interesse de conhecer e analisar a atuação da Igreja dentro da coerência de sua vocação. Por isso, importa de novo estabelecer outra articulação entre os elementos fornecidos pelas ciências do social e as exigências da Revelação. Esta é a natureza específica da reflexão pastoral⁵⁵.

Com isso, é possível tanto tomar uma posição como assumi-la de maneira eficaz no que tange às exigências da realidade. Ela apresenta desafios, e se a Igreja se coloca ao lado dos pobres, precisa abrir-se a eles, como requer uma aproximação sincera que pretende “pôr em contato o mundo moderno com as energias vivificadoras e perenes do Evangelho”⁵⁶. Daí se infere que o Concílio foi pastoral, pois buscou formular maneiras de se aproximar de pessoas e não de privilegiar posições ministeriais estabelecendo no seio da Igreja a igualdade entre aqueles que a compõem. O Concílio foi ecumênico por abrir-se não somente à discussão e ao diálogo, mas por apresentar-se disposto a assumir a unidade (UR), considerando irmãos inclusive os não cristãos. Por fim, o Concílio foi atualização da Igreja, “seu *Aggiornamento*”⁵⁷. Segundo Dom Aloísio Lorscheider,

Há duas palavras-chave que sintetizam o propósito do Vaticano II: *aggiornamento* com os sinônimos atualização, renovação, rejuvenescimento da Igreja; diálogo, com os sinônimos comunhão, participação, co-responsabilidade, diaconia⁵⁸.

A Igreja, portanto, se atualiza em virtude de sua condição de inserida no mundo. Este é o lugar privilegiado para evangelização, um lugar de conflito. Entretanto, essa realidade para os cristãos não se trata de uma novidade ela pode ser materialmente diferente, mas na essência existem os mesmos desafios, por exemplo, da comunidade dos atos dos Apóstolos, que nasceu numa sociedade onde havia conflitos socioculturais que, inclusive ocasionaram a morte de Estevão

⁵⁵ LIBÂNIO, J. B. *Pastoral numa sociedade de conflitos*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 25.

⁵⁶ JOÃO XXIII. Bula *Humanae Salutis* In *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II* – Clássicos de bolso. São Paulo: Paulus, 2001, p. 10.

⁵⁷ Cf. VELASCO, R. *A Igreja de Jesus: Processo Histórico da Consciência Eclesial*. Petrópolis, 1996, p. 234.

⁵⁸ LORSCHIEDER, A. Apresentação In GONÇALVES, P.S.L.; BOMBONATTO, V.I. (Org.), *Concílio Vaticano II – Análise e prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 6.

(cf. Atos 7). Atualmente a Igreja precisa apresentar-se como uma alternativa a um modo de vida padronizado em que o consumismo é quase que uma obrigação para muitas pessoas. Nesse contexto consumista encontramos a supervalorização do eu, o individualismo exacerbado que acirra a competição entre os homens e faz com que passem de semelhantes a adversários com grande facilidade. Exemplos disso são os processos seletivos das universidades públicas, os concursos públicos, ataques a homossexuais como ocorrido em São Paulo no dia 14 de novembro de 2010, quando um rapaz foi agredido por um grupo de adolescentes, com uma lâmpada fluorescente, socos e pontapés gratuitamente, como noticiou e divulgou por meio de imagens o jornal virtual o Globo online em 19 de novembro de 2010. Tanto nesta agressão, quanto nos concursos citados, geralmente o sentimento de incomodo em relação ao outro promove agressões e desconfianças. Embora os problemas não se esgotem apenas nesses contextos, eles dão um panorama daquilo que hoje exige a atuação dos cristãos. Mais que o simples convencer uma pessoa a procurar uma igreja e se converter a ela, a mensagem evangélica precisa dar aos homens o Cristo, a fé que pode resultar em mudança de postura, de atitude diante de tudo quanto possa nos tirar a dignidade ou nos levar a roubar a dignidade alheia, ou seja, segundo as palavras de Dom Lorscheider, o Evangelho é a saída para nossos problemas sociais, portanto, para elevar os homens à condição de filhos de Deus e não apenas de simples suas criaturas.

A mensagem salvífica do Evangelho não pode ficar apenas no templo. Ela somente se torna eficaz quando anunciada ostensivamente, o que se faz mediante a presença da Igreja entre homens, povos, culturas e realidades. Com isso, “Há aí nova postura em relação ao mundo: não fuga, mas presença da Igreja – e, por isso, da salvação – no mundo. A Igreja é o fermento evangélico inserido no coração do mundo e da humanidade”⁵⁹. Dessa forma, a ação pastoral se torna um meio imprescindível à missão fazer discípulos (cf. Mt 28,19), segundo o desejo de Jesus. E este trabalho conta com o ministério comum a todos aqueles que abraçaram a fé.

⁵⁹ LORSCHIEDER, A. *Vaticano II – 40 anos depois*. 2ªed. São Paulo: Paulus, 2006, p. 43.

3.1

A ação pastoral dos leigos

O termo ministério nos remete a *diaconia* que por sua vez nos leva ao diácono e, segundo McKenzie⁶⁰, se aplica a serviço.

A CNBB ao falar de ministério nos aponta perspectivas maiores. Ela nos lembra que este está necessariamente conectado ao carisma que deve ser assumido como forma de serviço à comunidade eclesial e no mundo como processo de transformação e crescimento. Esse Carisma deve ser visto como fruto de comunhão trinitária já que dela emana como “dom do Alto, do Pai, pelo Filho, no Espírito, que torna seu portador apto a desempenhar determinadas atividades, serviços e ministérios em ordem à salvação”⁶¹. Ela nos remete a Paulo quanto este nos fala que todos os carismas tem o mesmo valor em Cristo, pois esses cooperam uns com os outros integrando o Seu corpo místico (cf. 1Cor 12,1-31). O Concílio nos dia que não apenas através dos sacramentos e dos ministérios que o Espírito Santo santifica e conduz seu povo, mas também por meio da ‘distribuição’ de dons para cada um como lhe agrada⁶². O mesmo concílio nos lembra que a Igreja deve seguir o exemplo da Trindade. Nela podemos encontrar a diversidade e ao mesmo tempo a união desta diversidade e “mediante a comunhão dos Diversos pela qual Eles estão uns nos outros, com os outros, pelos outros e para os outros”⁶³, e porque Deus é trino significa a união da diversidade.

Da mesma forma esse documento da CNBB nos alerta que dentro das comunidades de ontem e de hoje existem distinções dos ministérios, os dividindo em diversos grupos de forma a privilegiar alguns em detrimento de outro. Contrapondo o sentido frontal de comunhão. Esses se distinguem em dois grupos: Os ministérios não ordenados, que se subdivide ‘reconhecidos’: ligados a um serviço significativo para a comunidade temporariamente, ‘confiados’ conferidos por meio de gesto litúrgico ou canônico, e ‘instituídos’⁶⁴ recebem através de um

⁶⁰ MACKENZIE, J.L. *Dicionário Bíblico*. São Paulo: Paulus, 1983, pp. 235-237; 614.

⁶¹ LG 12b.

⁶² Cf. LG 12, §2.

⁶³ BOFF, Leonardo. *A Trindade, a Sociedade e a libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 13.

⁶⁴ Na Igreja latina, por enquanto, os ministérios instituídos são apenas os ministérios de Leitor e Acólito, criados pelo Papa Paulo VI, no Motu proprio *Ministeria quaedam*, de 15 de agosto de 1972. O ‘modelo’ para a criação de outros ministérios instituídos foi dado, mas a Igreja tem preferido limitar-se a formas menos institucionalizadas de ministérios, como são os

rito litúrgico chamado ‘instituição’; e o ministério ordenado é reconhecido e conferido através de um sacramento, o sacramento da Ordem. Ele nos lembra que esse último não detém o monopólio da ministerialidade da Igreja. Seu carisma específico é o da presidência da comunidade. É importante lembramos que no capítulo III do *Lumen Gentium* os componentes da hierarquia (papa, bispos, presbíteros, diáconos) são apresentados como “servidores do Povo de Deus”. Kloppenburg nos diz que eles não são os donos da Igreja. Nos alerta para o fato de que o documento retoma sempre as palavras “serviço”, “ministério”, “diáconos”, quando se refere à ação dos membros da hierarquia. Ele nos lembra de que o ministério da hierarquia é uma situação passageira, o Povo de Deus é um estado permanente⁶⁵. A *Lumen Gentium*, nos mostra que não somente os hierarcas, mas também os leigos são testemunhas de Cristo⁶⁶. Em algumas comunidades devida à carência de ministros ordenados, os leigos e leigas exercem o ministério de suplência para suprirem a falta ou impossibilidade de desses em ofícios como presidir as orações litúrgicas, administrar o batismo e distribuir a Sagrada Comunhão⁶⁷. No c.219, §2, encontramos estabelecido que os leigos podem cooperar, de acordo com o direito do que o Concílio Vaticano II denominou de “múnus de reger” ou governar⁶⁸. Isso nos leva pensar que deveria haver uma reorganização dos ministérios ordenados, já que determinadas funções podem ser assumidas por leigos e leigas, sendo assim esses poderiam assumir de maneira estável e com responsabilidade própria e não simplesmente como “suplência”, pois se olhar sobre um olhar teológico esses, em virtude dos sacramentos de iniciação, são credenciados⁶⁹.

“reconhecidos” e os ‘confiados’. Esses ministros instituídos possuem valores eclesiais: o envolvimento da comunidade na participação da comunidade nas responsabilidades do ministério apostólico; a indicação clara de leigos para assumirem responsabilidades que ajudem a superar uma mentalidade de centralização do ministério nas mãos das pessoas ordenadas; faz com que a comunidade tenha a compreensão de que todos os cristãos participam da missão da Igreja; possibilita ainda uma distribuição de tarefas que libera o ministro ordenado para tarefas mais específicas de seu ministério; abre o caminho para a diversidade e descentralização, que vai ao encontro das necessidades próprias de cada comunidade. Cf. CNBB. Documento 62 -§87-88.

⁶⁵ Cf. KLOPPENBURG, B. *A eclesiologia do Vaticano II*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971, p. 239.

⁶⁶ Cf. LG 35.

⁶⁷ Cf. CDC, cân. 230, §3.

⁶⁸ Segundo Arrieta, esse múnus de reger, intitulado no CDC de poder de regime, é estruturalmente vinculado ao poder sagrado e à recepção da ordem sacra, ou se podem exercê-lo, dentro de certos limites, também os leigos. Esse podem exercer o poder da Igreja em determinados casos, e portanto ser sujeito desse poder. ARRIETA *Apud* PEREIRA, Antonio da Silva. Participação dos Leigos nas decisões da Igreja à luz do Código de direito canônico In *REB* v.47, fasc. 188, dezembro de 1987, p. 779.

⁶⁹ Cf. CNBB. Documento 62 §89.

Também encontramos a distinção entre ministérios *'ad intra'*, funções direcionadas para uma preocupação com a edificação e manutenção da comunidade eclesial, e ministérios *'ad extra'*, funções destinadas à atuação da Igreja na sociedade. Ao olharmos para a maioria das comunidades podemos perceber que à maioria dos leigos estão engajados “tarefas catequéticas e litúrgicas do que, por exemplo, nas pastorais sociais ou nas atividades missionárias”⁷⁰. Para o documento,

A distinção entre ministérios *'ad intra'* e ministérios *'ad extra'* baseia-se numa visão teológica que separa rigidamente e inadequadamente ‘Igreja’ e ‘mundo’ e, conseqüentemente, ‘vida’ da Igreja e ‘missão’ da Igreja, ‘vida interna da Igreja’ e ‘missão da Igreja no mundo’. Na verdade, a expressão ‘missão da Igreja’ ou ‘ministério da Igreja’ engloba num único dinamismo, embora complexo e articulado, a vida interna da Igreja e sua atuação no mundo⁷¹.

É importante percebermos que se entendemos como Igreja todo aquele que, dentro da humanidade, esteja a serviço do mistério da salvação e estando também a serviço da libertação. “Não é preciso ‘sair’ da Igreja para ‘ir’ ao mundo, como não é preciso ‘sair’ do mundo para ‘entrar’ e ‘viver’ na Igreja”⁷². Esse serviço terá visibilidade à medida que a Igreja assuma a sua missão no mundo. Por isso é tão importante entendermos que não convêm pensarmos na distribuição das tarefas e dos ministérios como se houvesse uma distinção entre à ‘vida interna’ da Igreja e à ‘presença no mundo’. Para que a Igreja seja vista como ‘sacramento de salvação’ é necessário a superação da concepção de,

um *'ad intra'* (em que a Igreja existiria e funcionaria em si e para si) e um *'ad extra'* (em que a Igreja ou parte dela agiria a serviço do mundo). Por isso, não há ministérios na e para a vida interna da Igreja e ministérios para o exterior da Igreja⁷³.

Antes de considerar alguém, na Igreja ou “leigo”, ou “diácono”, ou “presbíteros”, ou “bispo”, ou mesmo “papa”, devem ser visto como “cristãos”, membros do Povo de Deus. Devemos perceber que não podemos limitar os ministérios a certas áreas da missão da Igreja. Para Almeida não tem mais sentido haver essa distinção do que se situa *“ad intra”* e *“ad extra”*, pois toda a Igreja deve se colocar a serviço da mesma missão, de um único desígnio de salvação, só

⁷⁰ Cf. CNBB. Documento 62 §89.

⁷¹ CNBB. Documento 62 §90.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ *Ibidem*.

existe a fronteira Reino-anti-Reino⁷⁴. Quanto mais a Igreja assumir e viver como sacramento da salvação, mais essas oposições vão perdendo sua razão de ser⁷⁵. Ao olharmos os agentes das pastorais sociais vemos que esses são verdadeiros ministros. Para Legrand a diferença entre serviço e ministério está no fato de que o ministério implica sempre maior ou menor representatividade da Igreja⁷⁶. Mas é importante ficar claro que nem toda atuação cristã no âmbito social e no político pode ser considerada ministério. O ministério deve ser visto como um agir eclesial que representa a Igreja. Já os serviços não têm um reconhecimento como testemunho de fé no mundo, esses contribuem para o anúncio do Evangelho e para a construção do Corpo de Cristo. Essa distinção não deve ser vista como um desmerecimento, mas como um ato de respeitar a natureza das coisas. É necessário sim uma superação em relação ao mau emprego das palavras⁷⁷. Antes de tudo, deve-se vivenciar e exercer os ministérios com plena consciência da condição laical “que os coloca não só em relação característica com Cristo e com a Igreja, mas, de maneira toda particular, em relação com o mundo”⁷⁸. O leigo e a leiga,

com a efusão batismal e crismal o batizado torna-se participante na mesma missão de Jesus Cristo, o Messias Salvador. (...) É, pois, necessário (...) que os pastores, ao reconhecer e ao conferir aos fiéis leigos os vários ministérios, ofícios e funções, tenham o máximo cuidado em instruí-los sobre a raiz batismal destas tarefas⁷⁹.

Devemos lembrar que a capacidade dos leigos funda-se na participação do múnus de Cristo que todo o fiel tem pelo batismo e pela crisma⁸⁰. O cuidado dos pastores na instrução dos fiéis evoca o termo pastoral que em se tratando de Igreja na América Latina, em especial, tem um sentido peculiar, visto que parte da preferência da Igreja, a partir de Medellín, pelos pobres. Porém, a coisa nem

⁷⁴ Cf. ALMEIDA, A.J. *Teologia dos ministérios não-ordenados na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1989, p. 175.

⁷⁵ Cf. *Ibidem*.

⁷⁶ LEGRAND *Apud* CNBB. Documento 62 § 91.

⁷⁷ CNBB. Documento 62 § 91.

⁷⁸ CNBB. Documento 62 § 92.

⁷⁹ CfL 13c e 23h.

⁸⁰ Segundo Urrutia pelo batismo o leigo é chamado a participar do sacerdócio comum e do *sensus fidei*. E afirma que esses poderes sacerdotais e proféticos são qualitativamente distintos dos poderes do sacerdócio ministerial e da função magisterial própria do magistério autêntico, nem por isso deixam de ser uma forma de participação no único sacerdócio de Jesus Cristo em sua missão profética. URRUTIA *Apud* PEREIRA, Antonio da Silva. Participação dos Leigos nas decisões da Igreja à luz do Código de direito canônico In *REB* v.47, fasc. 188, dezembro de 1987, p. 784.

sempre foi dessa maneira. José Comblin nos recorda o sentido de pastoral que vigorou até o Concílio Vaticano II:

No Brasil, O Vaticano II significou uma inversão total da pastoral. Até então a pastoral era inspirada na Pastoral coletiva dos bispos do Sul, de 1915. Nessa proposta, toda a atividade da Igreja era orientada para a salvação individual das almas. Depois do Vaticano II aparece o projeto de uma salvação coletiva, salvação de um povo inteiro, salvação representada pelo povo de Deus⁸¹.

Já de acordo com Libânio “(...) A teologia moderna define a pastoral como agir da Igreja no mundo, na história, na sociedade”⁸².

Ainda segundo Libânio, “a partir de Medellín, a Igreja do Brasil veio movendo-se em direção às classes populares”⁸³. Esse posicionamento faz com que os cristãos se coloquem diante do mundo não como meros espectadores, mas como transformadores de realidades como continua Libânio: “(...) a pastoral da Igreja, situada dentro de uma sociedade conflitiva, assume cada vez mais posição clara diante deles”⁸⁴.

Do posicionamento da Igreja a uma valorização por parte da hierarquia eclesial em relação ao laicato temos um salto importante que faz com que pessoas comuns sintam-se importantes para o serviço ao culto religioso. É possível observar no cotidiano das comunidades católicas diversos momentos em que se considera ministro, na Igreja, apenas o irmão que tem uma função institucional⁸⁵. Assim, algumas pessoas atribuem o termo ministro àquele que é ordenado ou àquele que, provisoriamente, recebeu da instituição eclesial uma missão, por exemplo, a de presidir a celebração da Palavra. De acordo com Schmaus essas pessoas não estão equivocadas já que “a Igreja (...) é uma sociedade hierarquicamente organizada, na qual tudo que a ela pertence tem a posição que lhe convém e, conseqüentemente, é chamado à tarefa que lhe incumbe”⁸⁶. Entretanto, como vimos, ministro, em se tratando do mandamento divino de expansão da Boa Nova, do anúncio do Reino, é todo batizado, que de boa vontade, deseja cumprir esta tarefa. Comblin assinala que a submissão na Igreja existe, sim, mas a Deus, que desde Israel faz alianças com seu povo:

⁸¹ COMBLIN, J. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 344.

⁸² LIBÂNIO, J. B. *Pastoral numa sociedade de conflitos*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 12.

⁸³ *Ibid.*, p. 11.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 12.

⁸⁵ CNBB 62, 83.

⁸⁶ SCHMAUS, M. *A fé da Igreja*. Trad. Frei Alvaro Machado da Silva. Petrópolis: Vozes, vol. IV – A Igreja 4 – 2ª edição-, 1983, p. 104.

(...) o nosso ponto de partida é o povo de Israel. É o povo da aliança. A Bíblia narra de diversas maneiras essa aliança. As tradições revestem-na de rasgos sacerdotais ou deuteronômicos, mas ainda é possível reconhecer o significado inicial. As doze pedras que foram o memorial da travessia do Jordão (Js 4) ou o altar construído ‘como testemunho entre vós e entre nossos descendentes’ (Js 22, 27) significam uma aliança. Esta aliança é selada por Deus e não por alguma autoridade ou poder humano. A presença de Deus na aliança é uma advertência para que nenhum poder humano ocupe o lugar de Deus para desfazer a aliança⁸⁷.

O padre Comblin chama nossa atenção para uma esfera abstrata da relação quando coloca o Criador como única autoridade entre os cristãos. Entretanto, na prática a situação não se processa dessa maneira, visto que em toda parte, sobretudo na Igreja há autoridades concretas e em certo sentido, autoritarismo. Por exemplo, não existe mulher presidindo a Eucaristia e muito menos leigos respondendo institucionalmente por uma Paróquia. Tanto um caso como o outro nos levam ao patriarcalismo judaico-cristão, onde a mulher era um ser de segunda classe e, por outro lado, ainda vivemos a ideia medieval, onde os clérigos tinham absoluto senhorio da moral e da verdade. Também vimos na “tipologia dos ministérios” do documento 62 da CNBB, se fala em “agir eclesial” (nº 91) quando se distingue ministério e serviço. Ministério designa, segundo o documento, representação pública oficial da Igreja. Portanto, por ainda conservarmos traços significativos de distinção no que tange à ministerialidade, não podemos afirmar que nosso Criador é a única autoridade legítima entre os cristãos. É dele que emana toda a autoridade, mas por tradição e por certa convenção, o que podemos observar na consideração de Schmaus acerca da democracia eclesial, ele afirma que “a Igreja não é democracia plena, pois seus ministérios fundamentais não foram instituídos pelo povo de Deus, nem poderiam por ele ser abolidos”⁸⁸.

Apesar de toda essa constatação, numa coisa o padre Comblin tem razão: é Deus quem move seu povo e é por ele que as pessoas caminham, anunciam a Boa Nova se lançando ao mundo.

Essa atenção dos seguidores de Jesus ao mundo é necessária sob dois aspectos. O primeiro é bíblico. Ao se apresentar ressuscitado diante dos discípulos, como citado acima, o Senhor deixa clara sua vontade de que todos os povos o conheçam e dele se aproximem a ponto de se converterem. O apóstolo Pedro, nos atos dos apóstolos, vive situação que nos ensina a observarmos com

⁸⁷ COMBLIN, J. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 227.

⁸⁸ SCHMAUS, *A fé da Igreja*. Trad. Frei Alvaro Machado da Silva. Petrópolis: Vozes, vol. IV – A Igreja 4 – 2ª edição-, 1983, p. 92.

carinho a vontade do Senhor de que o Evangelho seja indistintamente anunciado: “(...) se Deus lhes concedeu o mesmo dom que a nós, que cremos no Senhor Jesus Cristo, quem seria eu para impedir a Deus de agir?” (At 11, 12). Ao precisar justificar-se para os irmãos que se encontravam na Judéia, Pedro atualiza o mandamento do Senhor e dá aos cristãos a noção exata do que significa anunciar em totalidade a Boa Nova. Daí a questão de fazer uma evangelização de cunho simplesmente instrutivo, onde se fala da doutrina e da palavra, em suma, de simples catequese. Assim, todos os homens e mulheres que assumem o seguimento de Cristo, se, em lugar de privilegiarem a constante lembrança da doutrina a crianças, jovens, adultos e idosos, derem atenção especial àqueles que não conhecem o Evangelho ou que por algum motivo não creem, prestarão um serviço mais eficaz em favor do Reino. Para tanto, basta viver de forma marcante o batismo. Essa condição, a de batizados, por si só, já transforma o cristão em instrumento de difusão da proposta de Jesus sem, no entanto, a obrigatoriedade do ministério ordenado. O segundo aspecto da necessidade de atenção dos seguidores de Cristo ao mundo é pastoral e se expressa nas palavras de Faustino Luiz Couto Teixeira de forma simples, porém esclarecedora: “Os agentes de pastoral mantêm um profundo e permanente contato com as bases populares, animando com o seu carisma a dinamização do trabalho pastoral”⁸⁹. Essa atitude de abertura do agente de pastoral além de difundir a Igreja infunde no coração da sociedade a capacidade do ser fraterno, do indignar-se com situações de desigualdade e outras formas de injustiça social. Não se trata aqui de materialização do Evangelho, mas de cumprimento pleno de sua mensagem.

Esse protagonismo laical teve amplo destaque no Concílio Vaticano II. Podemos perceber isso ao analisarmos os documentos da *Lumen Gentium* que encontramos no capítulo IV uma focalização teológica da identidade do leigo na eclesiologia do Povo de Deus, da *Gaudium et Spes* que assume os temas relacionados com a realidade do mundo e a teologia laical e o *Apostolicam Actuositatem* que incorpora elementos operativos sobre o apostolado concreto dos leigos.

A *Lumen Gentium* assinala para a teologia do laicato, dando-lhe uma moldura e uma estrutura eclesiológica integral. Nos é apresentado uma teologia do laicato

⁸⁹ TEIXEIRA, F. L. C. *A fé na vida – um estudo teológico-pastoral sobre a experiência das comunidades eclesiais de base no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1987, p. 27.

dentro de uma perspectiva global da missão de toda a Igreja e não de uma teologia setorial⁹⁰.

O laicato tem importância fundamental na difusão do Evangelho e na multiplicação dos seguidores do Senhor, pois “Os batizados formam o povo de Deus uno que existe como Corpo de Cristo e como templo do Espírito Santo e serve a Deus como instrumento para a realização de seu governo de salvação”⁹¹. Estas palavras de Schmaus estão de acordo com o Decreto *Apostolicam actuositatem* que ao falar da vocação dos leigos ao apostolado ressalta sua dignidade de chamados pelo próprio Deus.

A Igreja nasceu para que, dilatando o Reino de Cristo por toda a terra para glória de Deus Pai, torne os homens participantes da redenção salvadora e por meio deles todo o mundo seja efetivamente ordenado para Cristo. Toda a atividade do corpo místico orientada para este fim chama-se apostolado, que a Igreja exerce, por meio de todos os seus membros, de maneiras diversas; com efeito, a vocação cristã, por sua natureza, é também vocação para o apostolado (...). Uma vez que é próprio do estado dos leigos viverem no meio mundo e dos negócios seculares, eles próprios são chamados por Deus a exercerem aí o seu apostolado, à maneira de fermento, com entusiasmo e espírito cristão⁹².

Apostolado esse que tem um sentido próprio, o de envio, de atribuição de uma tarefa, a de levar a mensagem de Cristo a todos os cantos do mundo. Isso fica latente nos diversos momentos em que os cristãos se reúnem, visitam pessoas doentes e/ou materialmente necessitadas e se fazem presentes diante dos problemas que perpassam as relações sociais, assumindo publicamente sua condição. Esse assumir da fé quando de uma representatividade evoca uma consideração do Decreto *Apostolicam Actuositatem*:

O apostolado é exercido na fé, na esperança e na caridade que o Espírito Santo difunde nos corações de todos os membros da Igreja. Mais ainda, pelo preceito da caridade, que é o maior mandamento do Senhor, todos os fiéis são compelidos a procurar a glória de Deus pelo advento do seu Reino e a vida eterna para todos os

⁹⁰ Esta situação pode observar-se bem em diversos capítulos, por exemplo, no capítulo I sobre o Mistério da Igreja: a Igreja como sacramento, sinal e instrumento também da unidade de todo o gênero humano (n. 1); a Igreja de Abel (n. 2); Igreja e Reino de Deus (n. 6); Igreja visível e invisível, santa e sempre necessitada de purificação (n. 8). No Capítulo II sobre o Povo de Deus: a Igreja como povo messiânico (n. 9); o sacerdócio comum (n. 10-11); o senso da fé e os carismas (n. 12); a perspectiva comunal e gradual da pertença à Igreja (n. 13-16); a sua missão evangelizadora (n. 17). No capítulo V sobre a vocação universal à santidade: o chamado universal à santidade, o testemunho como categoria basilar da vida cristã. Cf. PIÉ-NINOT, S. *Os cristãos leigos*. Igreja no mundo. 23 out. 2009. Disponível em: <http://www.arautos.org/artigo/10151/O-Laicato--Os-cristaos-leigos--Igreja-no-mundo.html>. Acesso em: 20 nov. 2010.

⁹¹ SCHMAUS, M. *A fé da Igreja*. Trad. Frei Álvaro Machado da Silva. Petrópolis: Vozes, vol. IV: A Igreja 4, 2ª edição, 1983, p. 98.

⁹² AA, 2.

homens, para que conheçam o único Deus verdadeiro e aquele que ele enviou, Jesus Cristo (cf. Jo 17,3)⁹³.

Schmaus aponta a anulação da passividade diante dessa suave convocação de Deus Pai:

Pessoa alguma pode e deve conservar-se meramente passiva. Pois a comunidade de Cristo é habitada por um elemento dinâmico. Assim como no corpo natural não há membro algum que seja meramente passivo, mas todos atuam em benefício do todo e executam a tarefa que lhes compete, assim também se dá de modo análogo, com os membros da Igreja que é povo de Deus, corpo de Cristo⁹⁴.

O povo de Deus não é passivo, mas sujeito, pois cada cristão vai assumindo, dentro da única missão da Igreja, sua vocação a partir de seus dons, que será desenvolvido dentro de um ministério particular, essa irá corresponder a diversidades de carisma, serviços e ministérios. Ao compreendermos a Igreja como sacramento de salvação, colocamos em destaque a ação conjunta de todos os cristãos. É por meio dessa ação conjunta que a intervenção gratuita de Deus em Jesus Cristo se manifesta e se coloca a serviço do mundo⁹⁵.

As lutas populares que tiveram a Igreja como parceira permitem essa observação. Um ponto marcante é a história de D. Adriano Hipólito que bispo na diocese de Nova Iguaçu foi perseguido pelo regime militar por ter sido um de seus críticos mais contundentes. Também temos o “grito dos excluídos” que anualmente, no dia 7 de setembro, é celebrado, sobretudo pelas Igrejas da Baixada Fluminense em Aparecida, o que ilustra as seguintes palavras de Schmaus:

A participação nos ministérios de Cristo, ensinada pelo Concílio Vaticano II, não diz apenas que os batizados e os confirmados são capazes de receber atuações da salvação por parte dos portadores dos ministérios, mas também que eles próprios são ativos quanto à salvação. Esta atividade de salvação se refere tanto aos que pertencem plenamente ao povo de Deus, como também aos homens que estão fora do povo de Deus, os cristãos não católicos. Não apenas os detentores do poder da ordem e do poder de pastor exercem no povo de Deus funções de salvação, mas todos os que pertencem a ele. Todos são, ao mesmo tempo, receptores e doadores. Contudo, é essencial a diferença na mediação da salvação⁹⁶.

Não obstante a situação do laicato se modificou desde o Vaticano II e podemos observar leigos atuantes em diversas frentes na Igreja. Ora se engajam

⁹³ AA, 3.

⁹⁴ SCHMAUS, M. *op. cit.*, p. 108.

⁹⁵ Cf. ALMEIDA, A.J. *Teologia dos ministérios não-ordenados na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1989, pp. 173-174.

⁹⁶ *Ibid.*

no serviço à comunidade eclesial, ora dão testemunho vivo de Jesus no meio do mundo ao qual todos pertencemos.

O sentimento de pertença a um lugar e não mais de simples inserção é o que percebemos na Pastoral da Criança, já citada neste trabalho, mas, agora vista com mais vagar. Devemos entender a Pastoral da Criança como uma rede de solidariedade formada por mais de 242 mil pessoas capacitadas, trabalhando voluntariamente no combate à desnutrição e à mortalidade infantil e colaborando para a melhoria da qualidade de vida das crianças brasileiras. É um serviço da CNBB que acompanha gestantes e crianças em bolsões de pobreza e miséria, independente de cor, raça, crença religiosa ou política, desenvolvendo uma série de ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania.

Esse acompanhamento ensina as mães a valorizarem a vigilância nutricional, a identificar problemas de desnutrição, fortalecer o aleitamento materno, alimentação enriquecida, controle de doenças respiratórias e diarreia, uso do soro caseiro, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de acidentes domésticos, e outras ações que propiciam condições saudáveis para o desenvolvimento da criança. Essas ações são simples, baratas e que podem ser realizadas até mesmo pelas famílias mais carentes.

Diante da experiência brasileira, que tem dado resultados positivos, a Pastoral da Criança está sendo cada vez mais solicitada para que colabore na melhoria da situação das crianças em outros países. Podemos perceber esse trabalho em países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Venezuela e Uruguai); africanos (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique); asiáticos (Timor Leste e Filipinas) e norte-americanos (México).

Além dos trabalhos já citados, a Pastoral da Criança ainda desenvolve outros projetos: Projetos de geração de renda, onde é repassado recursos a grupos familiares sem opção de renda e capacita essas pessoas na atividade escolhida; Educação de jovens e adultos, é a alfabetização utilizando palavras geradoras, ou seja, palavras que estão inseridas no contexto das ações básicas de saúde, educação, vigilância nutricional e cidadania⁹⁷; REBIDIA (Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre a Infância e Adolescência), aponta para qualidade de informação que auxilia na implementação de políticas públicas,

⁹⁷ Atualmente, são mais de 11 mil alunos matriculados no projeto de educação de jovens e adultos em todo o país

público chave são os conselheiros municipais das áreas sociais. Há ainda outros programas complementares como o Programa de Segurança Alimentar, Planejamento Familiar Natural e Comunicação, responsável pela produção de vídeos e materiais educativos impressos, bem como um programa semanal de rádio, intitulado "Viva a Vida" e um Jornal⁹⁸.

É importante frisar que a Pastoral da Criança representa o que para a Igreja Católica é um sonho. Ela é ecumênica, reúne pessoas de confissões diversas em torno de um objetivo comum: a vida.

Outra pastoral que procura preservar a vida é a pastoral da saúde, que faz da busca do bem comum, o estar com o corpo são, um meio de também levar Jesus aos enfermos nos lares e hospitais, como diz a própria pastoral em seu website:

A Pastoral da Saúde é uma das Pastorais sociais da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. É uma sociedade cívico-religiosa, sem fins lucrativos, instituída oficialmente, desde 09 de maio de 1986 e com Estatuto aprovado em Assembleia Nacional em setembro de 1999. Para a Pastoral da Saúde, ter saúde, não é só estar bem com o próprio corpo, mas com os pensamentos e emoções. É o bem estar espiritual. A Pastoral da Saúde acontece em domicílios, hospitais, asilos, creches, conselhos de saúde, escolas, associações de bairros, sindicatos, em todo lugar que se importa com a saúde. O Agente da Pastoral da Saúde desenvolve um trabalho de anúncio do Evangelho, humanização, prevenção e promoção da saúde, em três dimensões: Solidária; Comunitária e Político Institucional⁹⁹.

Em 1988 tivemos a Campanha da Fraternidade intitulada “ouvi o clamor deste povo” que talvez pelo grito contra o racismo tenha mobilizado milhares de pessoas em todo o Brasil. Este foi um momento importante na vida da Igreja que anunciou aos quatro cantos do Brasil que havia tomado uma decisão, como propõe neste trabalho o padre Comblin.

⁹⁸ No ano de 2003, foram acompanhadas 1.329.262 famílias, 83.993 gestantes e 1.815.572 crianças pobres menores de seis anos de idade, de 36.422 comunidades em 3.757 municípios de todos estados brasileiros. De todos os voluntários, 134.973 são líderes comunitários, pessoas simples, em sua maioria mulheres, que vivem nas próprias comunidades. Além dos líderes, 107.579 pessoas pertencem às equipes de apoio em serviço espalhadas por todo o país, somando 242.552 pessoas envolvidas. Segundo o IBGE, a mortalidade infantil no País em 2002 foi de 28 mortes no primeiro ano de vida para cada mil crianças nascidas vivas. Nos locais de atuação da Pastoral da Criança, a mortalidade é de 15 óbitos no primeiro ano de vida. Um aspecto significativo é que a Pastoral da Criança atua exclusivamente em bolsões de grande pobreza, onde a média de mortalidade infantil costuma ser até o dobro da taxa nacional. Entre outras conquistas, também está à redução da desnutrição a 5% entre as mais de 1,8 milhão de crianças acompanhadas em todo o Brasil. Os dois principais parceiros da Pastoral da Criança são o Ministério da Saúde, que arca com cerca de 59% dos recursos utilizados pela entidade, e o programa Criança Esperança (Rede Globo / Unesco), que repassa anualmente à Pastoral da Criança uma porcentagem do total arrecadado pelo projeto. Cf. www.pime.org.br/missaojovem/mjcriancasrede.htm. Acesso em: 20 nov. 2010.

⁹⁹ www.pastoraldasaudenacional.com.br. Acesso em: 20 nov. 2010.

A luta do negro não é diferente da que também foi implementada por agentes de pastorais e abarcada pela Igreja nos anos 1980. A pastoral operária foi importante na parceria com sindicatos e associações de moradores. As campanhas realizadas no período resultaram em diversos benefícios para populações inclusive da Baixada Fluminense. Essa pastoral tem um âmbito social que está a serviço da classe trabalhadora urbana, sua organização e direção é feita pelos trabalhadores que a compõem. Ela faz parte das Pastorais Sociais da Comissão para a Caridade, Justiça e Paz da CNBB. O Intuito desta é refletir a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras à luz da Bíblia e da Doutrina Social da Igreja. Tem o compromisso de agir com o povo para resgatar a cidadania plena, para despertar e organizar pessoas dispostas a lutarem pela transformação capaz de trazer vida digna e assim resgatando a autoestima desses trabalhadores para que participem na luta por uma nova sociedade dentro de uma nova cultura do trabalho. A pastoral nos lembra que, “há a necessidade de levantar a auto-estima das pessoas, que com o desemprego perdem tudo, até mesmo a vontade de viver. É preciso resgatar o valor humano e a capacidade de luta dos trabalhadores que está desgastada”¹⁰⁰.

Essas são apenas algumas modalidades da ação pastoral no Brasil que fundamentam a importância do laicato não somente para dar suporte à Igreja, mas para fazê-la presente. Esse pensamento anula a necessidade do envio formal da atribuição ministerial, pois basta ao leigo dizer “estou aqui, sou católico e vim participar”. Talvez os próprios atos deem a ele o signo de cristão, servo de Jesus e isto, indubitavelmente, supera a condição de confessionalidade.

A vida urbana oferece um número cada vez mais crescente de lutas cotidianas que não podem ser empreendidas somente com a boa vontade de agentes pastorais. Quando a questão é estrutural precisamos conhecer as coisas a fundo. O meio mais eficaz para isso é a decisão que tomamos de dentro para fora e não aquela que nos influencia a tomar atitudes. Influenciamo-nos quando apenas consideramos o fenômeno, mas quando resolvemos conhecê-lo a profundamente, o dominamos e podemos encontrar a melhor forma de combatê-lo.

A questão social está intimamente ligada ao Evangelho, visto que Cristo andou entre seus conterrâneos, comeu com pecadores e publicanos, defendeu uma mulher pecadora perdendo seus pecados, aproximou-se do centurião, um homem

¹⁰⁰ www.pastoraloperaria.org.br. Acesso em: 20 nov. 2010.

do poder, para atendê-lo em sua preocupação e se indignou com a exploração comercial do templo. Sim, Jesus Cristo não se furtou ao contato social, e seus seguidores não podem fazer o contrário. Feliz ou infelizmente, as épocas exigem suas próprias lutas.

Pié-Ninot, faz uma abordagem da presença do cristão católico no mundo inserindo-o em um contexto de abertura e de disposição para um serviço que requer mais que assistência ao templo ou a doentes, como estamos acostumados a encontrar em diversos lugares do Brasil¹⁰¹. O autor apresenta o que chamamos de ação pastoral como ação católica, termo mais abrangente, que demonstra o agir da Igreja no mundo, como já citado, segundo Libânio.

A ação católica se torna cada vez mais necessária. Em primeiro lugar por que há que se concordar que a Igreja Católica dá aos seus fiéis uma formação que favorece a consciência crítica necessária para que se saiba considerar o homem em detrimento de sua opção religiosa ou de sua sexualidade. Em segundo lugar, a modernidade deu aos seres humanos a informação, a comunicação que favorece o contato indireto e as “maravilhas” de um consumismo que gera desavenças familiares, quando, por exemplo, um filho adolescente não se contenta com seu celular de seis meses de uso e deseja porque deseja um aparelho mais moderno. Dentro desse contexto, podemos afirmar que a situação no Brasil não melhorou nas últimas décadas e por isso é importante um testemunho vivo de Jesus cada vez mais marcante na sociedade. É assim que agem as pastorais, sobretudo movidas pelo sofrimento alheio e pelo desejo de mudanças na ordem social vigente.

Esse desejo de transformação social somente será realizado mediante a ação de Jesus no coração humano, pois é nisto que precisamos acreditar, e a atuação dos leigos é promotora da presença da Igreja no mundo, portanto um veículo que leva o Redentor onde há necessitados de conversão. Mas a missão vai além. Ao cristão também cabe exercer o amor ao próximo e conferir a este o mesmo valor que teria o Cristo, caso necessitasse de auxílio e como destinatário do amor fraterno, como diz a *Apostolicam Actusitatem*:

Enquanto todo o exercício do apostolado deve receber da caridade a origem e a força, algumas obras, que Cristo Senhor quis que fossem sinais da sua missão messiânica (cf. Mt 11,4-5), são de sua natureza aptas a converter-se na expressão viva dessa mesma caridade. O maior mandamento da lei é amar a Deus de todo o

¹⁰¹Cf. PIÉ-NINOT, S., Os cristãos leigos – Igreja no mundo, 23 out. 2009. Disponível em: <http://www.arautos.org/artigo/10151/O-Laicato--Os-cristaos-leigos--Igreja-no-mundo.html>. Acesso em: 20 nov. 2010.

coração e ao próximo como a si mesmo (cf. Mt 22,37-40). Cristo, porém, fez próprio e enriqueceu com novo significado este mandato da caridade para com o próximo, pois ele mesmo quis identificar-se com os irmãos como objeto da caridade¹⁰².

Amar o próximo como a si mesmo implica em olhar corajoso para o outro, ver nele um reflexo seu, para encontrar alguém para cuja existência se deseja a felicidade. Essa doação do si mesmo não pode ser apenas abstrata ou ideológica. Ela precisa estar impregnada de um realismo que faça com que o irmão perceba que não está mais só. Daí a necessidade de se buscar o melhor meio para colaborar com a realização plena daquele que para nós é importante.

O pensador marxista Antônio Gramsci¹⁰³ afirmava que muitas das vezes, para obtermos resultados mais positivos e abrangentes é necessário se fazer presente no Estado. Isso é um pouco complicado visto que há um certo desconforto no seio da Igreja quando se fala em política, no entanto, a pressão popular pura e simples, às vezes é ineficaz na obtenção de mudanças substanciais na sociedade. Por exemplo, o projeto de lei da “ficha limpa” que propõe o impedimento de candidaturas de pessoas que sofreram condenações foi deformado em sua essência pelo Congresso Brasileiro por não ter força de representatividade política.

A missionaridade preconizada pelo documento de Aparecida parece, a partir da letargia política do cristão católico, em especial, como vimos acima, não ter realizado até aqui qualquer mudança substancial na maneira de viver a fé de forma a tornar a atuação do povo ampla a ponto de conduzir e favorecer, enquanto Igreja a discussão política. Nisto, os cristãos evangélicos, à sua maneira, superam os católicos. Eles, em sua maioria, guiados por seus pastores assumem candidaturas e em muitos momentos se empenham em determinadas lutas sociais. Talvez tudo isto parta de uma postura individualista, mas acaba por favorecer a boa parcela da sociedade. Nesse sentido, a missão dos cristãos, de forma ordenada e não orientada por convicções particulares, mas abrangentes, como propõe a mensagem evangélica não se restringe à simples atividade catequética ou à assistência e auxílio ao culto, muito menos se esgota nas campanhas assistenciais. Ela deve ser profundamente enraizada no Senhor e estender-se a todos os cantos

¹⁰² AA 8.

¹⁰³ Cf. PIÉ-NINOT, S., Os cristãos leigos. Igreja no mundo. 23 out. 2009. Disponível em: <http://www.arautos.org/artigo/10151/O-Laicato--Os-cristaos-leigos--Igreja-no-mundo.html>. Acesso em: 20 nov. 2010.

da sociedade, indistintamente. Por exemplo, a pastoral carcerária visita o refúgio social, os prisioneiros, que por sua condição ficam relegados a certo abandono, já que cometeram transgressões. Os agentes da pastoral visitam cadeias e presídios procurando auxiliar o prisioneiro na recuperação de sua autoestima, na conscientização de que há alternativas àquelas que o levaram ao encarceramento, e, sobretudo, que há um Senhor que ama a todos de forma incondicional e irrestrita.

Embora esse trabalho da pastoral seja louvável, é necessário que os cristãos atuem também no sentido de alcançar uma situação social em que as opções não pareçam tão distantes a ponto de parecerem inexistentes, de forma que só reste ao ser humano escolher o óbvio e terminar privado de sua liberdade.

A Igreja tem o dever histórico de ser auxílio a consciência da humanidade em suas escolhas e atitudes. Ela precisa ter forças para superar toda a gama de influências recebidas a fim de não ser apenas mais uma instituição social. Ela hoje deve carregar consigo o rosto do Cristo de forma evidente para que, vendo e ouvindo o Senhor, o homem atual possa decidir-se por Ele e não pela melhor maneira de superar seus pretensos adversários, pelo contrário, no contato com o Cristo, possa tornar a todos irmãos.

3.2

A comunhão no cotidiano dos cristãos

Nos atos dos Apóstolos, sobretudo em seus primeiros capítulos vemos confirmada a comunhão desejada por Jesus expressa no capítulo dezessete do evangelho segundo João: em primeiro lugar, por seu caráter de unidade de pensamento e ação com vistas à justiça social: “A multidão dos que haviam crido era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava exclusivamente seu o que possuía, mas tudo entre eles era comum” (At 4,32). Em segundo lugar, pelo esforço coletivo da comunidade em extirpar do seu seio a carência material: “Não havia entre eles necessitado algum. De fato, os que possuíam terrenos ou casas, vendendo-os, traziam os valores das vendas e os depunham aos pés dos apóstolos. Distribuía-se então, a cada um, segundo a sua necessidade” (At 4,34-35). Por fim, pela valorização do anúncio preconizado pelo Senhor, que além de manter a

comunidade ligada à sua origem divina, permitia a esta a adesão de outras pessoas, que viam com bons olhos aquele novo estilo de vida: “com grande poder os apóstolos davam testemunho da ressurreição do Senhor, e todos tinham grande aceitação” (At 4,33).

Atualmente, é muito comum observarmos a capacidade do povo brasileiro de solidarizar-se com as pessoas que sofrem. Isso se percebeu nos deslizamentos provocados por chuvas no início do ano de 2010, no terremoto do Haiti e em outras situações que produziram sofredores.

Essa constatação se torna um alento para todos aqueles que julgam a humanidade perdida no que diz respeito à sensibilidade e podem pensar o contrário ao presenciar atos solidários. Mas por outro lado demonstra nossa incapacidade em evitar a carência material. Este problema não se podia encontrar na comunidade descrita no trecho acima dos *Atos dos Apóstolos*. Naquela comunidade a solidariedade se mostrava como profilaxia da miséria e do sofrimento que se desenvolve quando não se possui o mínimo necessário para se viver.

Quando visitamos uma Comunidade Eclesial de Base, como encontramos na Diocese de Duque de Caxias, ou até uma Igreja em um grande centro, como as da Cidade do Rio de Janeiro, encontramos medidas preventivas da necessidade material. Citemos, por exemplo, campanha do quilo, campanha do agasalho, etc. Um olhar crítico nos diz que campanhas são implementadas apenas em torno de objetivos emergentes. Mas a verdade é que pobres sempre estarão conosco¹⁰⁴, se neste caso, considerarmos a pobreza apenas sob a visão de falta de bens ou do necessário à subsistência. Entretanto, Jesus nos mostra que a caridade não se expressa somente no socorro aos sofredores, mas também no acolhimento afetuoso daqueles que se aproximam de nós. Fato é que as campanhas implementadas pelos cristãos católicos, na forma indicada acima têm um caráter que transcende a simples emergência, em muitas situações o sentimento observado em seus promotores é o de pessoas que desejam evitar o sofrimento alheio e buscam fazer o que se encontra ao seu alcance para tal. Também a exemplo do evangelho, a ação dos cristãos é acolhedora no sentido de favorecer o bem estar alheio.

¹⁰⁴ Jesus chama à atenção para o fato de se fazer obras sem acepção, ele afirma que “os pobres sempre tendes convosco, podeis fazer-lhes bem quando quiserdes” (Mc 14,6-7).

Embora essa atitude seja louvável, há que se ressaltar a necessidade de avanços no que diz respeito, não à assistência, mas à partilha que nasce da comunhão de bens. Nesse sentido, também algumas ações se observa no dia-a-dia dos católicos. Em alguns lugares, se pode presenciar ausências em encontros e reuniões provocadas por falta de recursos financeiros o que, no entanto, não se aplica à realidade como um todo. Igrejas têm se esforçado no sentido de implantarem planos de comunhão e administração de bens a fim de superarem estas situações. Assim, nenhum irmão precisa dispor de seus próprios recursos para a missão, ou simplesmente deixar de executá-la em virtude da falta de dinheiro. O Plano de Comunhão e Administração de bens, da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti é um exemplo desse tipo de ação da Igreja¹⁰⁵.

Além do socorro financeiro e das medidas profiláticas às carências, os católicos, em suas diversas ações pastorais procuram auxiliar pessoas, independente de sua situação, no enfrentamento de dificuldades que possam lhes ferir ou tirar a dignidade. Por exemplo, a Pastoral da Criança presta serviços sociais importantes no que diz respeito à prevenção e ao combate à desnutrição infantil. Ela dá acesso a todo e qualquer tipo de pessoa que deseje conhecer formas alternativas de cuidar de crianças a fim de que estas superem ou evitem problemas de saúde decorrentes da má alimentação ou da falta desta. Também se destaca a pastoral da AIDS, que não tem a assistência material como eixo, mas a presença amiga de alguém que se interessa mais pelas pessoas, que por seus problemas¹⁰⁶. Dito isso, as pastorais são presença da comunhão por aproximarem pessoas cujo laço fundamental é a humanidade, comum a todos, mulheres, homens e crianças.

Não existe a menor pretensão em comparar as comunidades católicas com a comunidade apresentada acima citada dos *Atos dos Apóstolos*. Sendo assim, a atualização dos tempos não implica na mensagem que recebemos a ponto de abandonarmos em detrimento de novas. Ela é o modelo para a Igreja, assim como

¹⁰⁵ Cf. MITRA DIOCESANA DE DUQUE DE CAXIAS (Comissão Organizadora). *Que todos sejam um*. comunhão, co-responsabilidade e coordenação da Igreja em Duque de Caxias e São João de Meriti. RJ: S. Leopoldo, RS: Contexto Gráfica e Editora, 2009, p. 11.

¹⁰⁶ LG, 32: “É, portanto, uno o povo eleito de Deus: ‘um só Senhor, uma só fé, um só batismo’ (Ef 4,5). Comum é a igualdade dos membros pela regeneração em Cristo. Comum a graça de filhos. Comum a vocação a perfeição. Uma só é a salvação, uma só é a esperança e indivisa caridade. Não há, em Cristo e na Igreja, nenhuma desigualdade em vista de raça ou nação, condição social ou sexo, porquanto não há judeu nem grego, não há servo nem livre, não há varão nem mulher, porque todos vós sois um só em Cristo Jesus”.

os diversos exemplos que podemos encontrar na Bíblia como orientação missionária. A partir da segunda parte deste capítulo, deste trabalho, é possível compreender o texto bíblico como parâmetro de toda a atividade pastoral. Embora o Magistério da Igreja oriente os cristãos, a *Bíblia* ainda lhe é o livro mais acessível à grande maioria das pessoas e, por isto, a principal fonte de conhecimento da vida e obra de Jesus e de seus apóstolos que contagia e empurra para a obra de salvação multidões ao longo dos tempos.

O caráter congregador da comunhão se faz presente e se demonstra na Igreja de Jesus através dos fiéis. Assim como o Mestre, que “nunca se entende como indivíduo isolado”¹⁰⁷ os católicos, dispersos pelo mundo inteiro, assumem, onde se encontram, sua identidade, como se pode ver em diversos encontros amplos de pastorais, em romarias e outros eventos, onde, apesar de algumas pessoas procurarem identificar com faixas o lugar de onde vem, todas estão reunidas sob o signo da Igreja e seu elo primordial, o Cristo de Deus¹⁰⁸. Essa dimensão congregadora, que tem sua base no próprio Pastor supremo da Igreja, se constitui na fonte primordial do desejo de cada pessoa em, não apenas fazer parte do povo deus, mas de sê-lo, de fato. Então, estar em contato com outros irmãos que professam a mesma fé é, antes de tudo, voltar à origem da própria comunhão que orienta a Igreja e lhe permite também ser comunhão.

Ao expressar-se desta forma, a comunidade dos crentes também demonstra em si a seguinte afirmação: “Aproveu a Deus santificar e salvar os homens não singularmente, sem nenhuma conexão de uns com os outros, mas constituí-los num povo que o conhecesse na verdade e santamente lhe servisse” (LG 9).

É mister dar atenção ao fato de sermos um povo em caminho da santidade e que ao longo de nossa jornada arrastamos conosco outras pessoas que aderem ao projeto de Jesus através do processo de evangelização¹⁰⁹. Isso por vezes nos torna responsáveis por esses irmãos que, não importa que sejam ministros ordenados ou simples leigos, veem naqueles que os convenceram, uma referência, o que faz dos membros da Igreja pessoas especiais que, embora humanas e sujeitas ao erro,

¹⁰⁷ RATZINGER, Cardeal J. *Compreender a Igreja hoje* – vocação para a comunhão. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 14.

¹⁰⁸ O Cardeal J. Ratzinger em, nos explica que o motivo da reunião dos cristãos é o próprio Cristo: “(...) o mais íntimo ponto de reunião deste novo povo é Cristo: este povo só se tornará verdadeiramente povo enquanto for chamado e responder à sua chamada, à sua pessoa”. *Ibidem*.

¹⁰⁹ Tillard aponta pra essa característica da igreja-comunhão ao afirmar que a difusão do Evangelho é um desejo comum das confissões cristãs: “El deseo ardiente de difundir el

precisam policiar-se constantemente a fim de não ferirem as expectativas do novo simpatizante de Jesus, sendo todos, portanto, pelo batismo e pela fé na salvação por meio de Cristo, responsáveis pela missão de fazer discípulos. Dessa perspectiva, emerge como importante o diálogo sincero que deve orientar as relações entre os irmãos. Ao nos declararmos cristãos, nos dizemos seguidores de Cristo e não o próprio Senhor, que se difere substancialmente de todos nós a ponto de não pecar. Servir o Senhor santamente é uma tarefa que exige atenção ao seu ensinamento em Cristo Jesus. Por isso, não se pode impor ou propor aquilo de que não se é capaz. Quando nos deparamos com um irmão recém-convertido devemos dar a ele a exata impressão daquilo que realmente somos, seres em construção que adoram e buscam servir ao Deus de Nosso Senhor Jesus Cristo e não nos esforçarmos para lhes transmitir uma perfeição que temos. Portanto, faz parte da caridade sermos conscientes de nossa falibilidade e de nossa obrigação de compreender a mesma coisa em nossos irmãos. Porém, ao sermos originariamente orientados pela ação divina, como afirma Lafont:

Antes de qualquer coisa, a Igreja deveria retomar mais fortemente a consciência da presença nela de um Espírito verdadeiramente divino que a dirige e anima. Este transmite às comunidades cristãs a Tradição da Palavra, da Escritura e do Sacramento deixada por Cristo à primeira comunidade apostólica¹¹⁰.

Uma outra forma de a Igreja, através da sua ação pastoral, se manifestar como comunhão, é a capacidade de se buscar entendimento mútuo entre os agentes e os ministros ordenados no que diz respeito às ações que se pretende empreender. A exemplo de algumas entidades de classes, algumas comunidades e mesmo dioceses têm o hábito de realizar assembleias convocando os leigos. Isso não só valoriza o laicato, como traduz uma disposição positiva em se caminhar junto. É bem verdade que um padre, por exemplo, tem instrução suficiente para elaborar sozinho um plano de trabalho e, se valendo da boa vontade de outras pessoas, implementar suas ideias, transformando fieis em simples executores de tarefas, no entanto o que se vê, sobretudo em Igrejas de comunidades é o pároco se reunindo continuamente com colaboradores do povo a fim de se buscar o que de melhor é possível para o bom funcionamento de tudo a que se propõe. A valorização de todos, portanto, é mais uma característica da integralidade que

es un punto común a todas las confesiones cristianas”. TILLARD, J. M. *Iglesia de Iglesias*. Salamanca: Verdad e Imagem, 1999, p. 54.

¹¹⁰ LAFONT, G. *Imaginar a Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, 2008, p. 258.

confere à Igreja o signo da comunhão e mais, mostra de forma concreta a comunhão. Nesse sentido, a Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* é uma via de compreensão da necessidade de um evangelho encarnado na vida e na história do povo, ainda que se considere a imaterialidade da comunhão. Nessa carta, o Papa João Paulo II faz referência logo em seu início a uma preocupação da Igreja com a questão social, onde diz o pontífice:

A solicitude social da Igreja tem como fim um desenvolvimento autêntico do homem e da sociedade, o qual respeite e promova a pessoa humana das mais diversas maneiras. Um dos meios privilegiados de intervenção, nos últimos tempos, tem sido o Magistério dos Romanos Pontífices que, partindo da encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII ‘(15 de maio de 1891)’ como de um ponto de referência, tratou com frequência da questão (...) ¹¹¹.

Então, por suas diversas tentativas de amenizar e até de evitar as dificuldades que roubam a dignidade e a saúde dos que sofrem por carência material, por procurar se aproximar de pessoas que, de alguma forma perderam a esperança, oferecendo conforto e por buscar sempre o diálogo, o cristão favorece a percepção da comunhão na ação da Igreja.

Toda a discussão aqui apresentada mostra a Igreja como comunhão, o que se pode verificar pelos motivos que seguem. Em primeiro lugar por que ela nasce da Santíssima Trindade, unidade perfeita do Pai com o Filho e o Espírito Santo. Isso se pode verificar pelas razões a seguir. Ao nascer da comunidade trinitária a Igreja mantém-se em relação com o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Da mesma forma que não entendemos essas três pessoas desvinculadas umas das outras, não é coerente admitir que aquilo que delas provém seja o seu contrário. A Igreja é uma em sua diversidade assim como é uno o universo com todas as coisas que contém. Portanto a Igreja é comunhão, “é o ‘povo de Deus’ (Rm 9,25s), o ‘Israel de Deus’ (Gl 6,16), a ‘semente de Abraão’ (Rm 9,7) a (verdadeira) ‘filiação de Deus’ (Rm9) e (mais frequentemente) a ‘comunidade (reunida) de Deus’”¹¹² porque nasceu de uma perfeita comunhão, a trinitária.

Em segundo lugar, por seu caráter de observação plena, por parte dos apóstolos, dos ensinamentos de Jesus e de sua fiel transmissão aos crentes que se converteram a partir do anúncio (*Kerigma*) até a dispersão pelos diversos rincões em que se encontra a Igreja, determinando a disposição da manutenção do vínculo

¹¹¹ SRS 5.

¹¹² WIEDENHOFER, S. *Eclesiologia* In SCHNEIDER, T. (org.). *Manual de Dogmática* – vol. II. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 67.

originário, como Tillard lembra a questão da admissão de Paulo ao corpo dos apóstolos¹¹³. Ananias significou para o Apóstolo Paulo a mediação testemunhal de seu contato com o Senhor. Assim também acontece nos diversos momentos da Igreja. Quando alguém recebe o batismo, por exemplo, é importante que haja testemunhas de sua adesão a Jesus por meio deste sacramento de iniciação. Isto se aplica tanto ao batismo de adultos, jovens e adolescentes, como ao de crianças, tendo como diferencial a idade e o grau de responsabilidade dos padrinhos. Também é importante lembrar que o trabalho intelectual dos padres na Idade Média, se fundamenta, sobretudo na experiência apostólica para auxiliar a fé, o que se pode constatar no livro de Santo Agostinho, *Confissões*. Logo, a presença de um membro da Igreja em determinado lugar é o bastante para assegurar legitimidade a eventos que caracterizem a conversão de outros irmãos, bem como sua adesão a Jesus, como afirma São Beda: *Ecclesia quotidie gignit Ecclesiam*, desde que se leve em conta os ensinamentos dos Apóstolos do Senhor¹¹⁴.

Em terceiro lugar, a Igreja é comunhão por abarcar em si todas as pessoas dispostas a se confessarem cristãs e a trabalharem em favor da salvação sem estabelecer graus de importância entre elas, por desejar e buscar o diálogo e o entendimento com os cristãos que se afastaram e por valorizar os não cristãos e outras igrejas. Tillard afirma o caráter universal da Igreja como o conjunto dos seguidores de Jesus ao dizer que a “(...) presença universal da empresa missionária aparece como comunhão na obediência ao Evangelho de Jesus”¹¹⁵. Também em Tillard encontramos a necessidade da preocupação maior dos cristãos: o senhorio de Jesus. Temos assim uma prefiguração do ecumenismo que é de fácil compreensão e de tranquila aplicação, desde que cada cristão se entenda como alguém que deve fazer com que o Senhor apareça. Segundo Bruno Forte a Igreja se define como:

Co-responsabilidade de todos os batizados no processo de mediação entre salvação e história, como presença dos cristãos na aventura humana capaz de conjugar a fidelidade ao mundo presente com a fidelidade ao mundo que há de

¹¹³ “(...) es siempre comunión con una palabra de Dios transmitida y recibida por medio del testimonio de una comunidad creyente o de alguno de sus miembros (Rm 10,14-21). Pues aunque suceda a veces que Dios toca el corazón de un hombre o de una mujer sin pasar por el acto de un testimonio - como en el caso de Pablo - , siempre será necesario el recurso a algún Ananias para que se desvele el contenido auténtico de la fe”. TILLARD, J. M. *Iglesia de Iglesias*. Salamanca: Verdad e Imagem, 1999, p. 54.

¹¹⁴ “A Igreja gera constantemente a Igreja”. SÃO BEDA *Apud* PIÉ-NINOT, Salvador. *Introdução à eclesiologia*. São Paulo: Loyola, 2008, p. 28.

¹¹⁵ TILLARD, J.M. *op. cit.*, p. 54.

vir, sem resolver uma na outra (como acontece nas reduções opostas integristas e secularistas), mas mantendo ambas em fecundo, embora complexo, relacionamento dialético. A concepção da Igreja, que se projeta sob essas indicações, é aquela de uma eclesiologia missionária e “política”, onde é restabelecido o papel do relacionamento *ad extra* da comunidade cristã (como é na Igreja dos mártires), onde a totalidade dos batizados, mesmo se na articulação que lhe é própria, seja vista como projetada fora de si, rumo ao mundo ao qual é enviada¹¹⁶.

Essa perspectiva aponta também para a necessidade de o cristão sair do conforto da capela e das salas de catequese e tornar-se missionário para o mundo, dando a conhecer Jesus como ele mesmo se fez conhecer, segundo os relatos dos evangelistas, publicamente. Em resumo, a Igreja, conjunto dos fieis, procura dar sempre um passo em direção à unidade e também por isso, é comunhão.

Logo, a capacidade intrínseca de favorecer e buscar a unidade faz da Igreja um dom para a humanidade, visto que pode buscar entendimento com todos os seres humanos, independente do que cada um decide fazer para expressar sua fé. Em virtude de sua origem perfeita, na Trindade, a Igreja é comunhão e traduz isto ao fomentar o encontro amistoso de segmentos historicamente diferentes, mas divinamente semelhantes. Esta semelhança está no seguimento do Cristo e em suas lições, como ele não abandona os seus, continua sendo o laço que deseja que todos os seres humanos sejam indistintamente irmãos e de acordo com o que nos fala o Concílio Vaticano II, hierarquização não supõe choque de dignidade na Igreja. Todos os fiéis são sujeitos no processo de difusão do Reino de Deus.

3.3

A comunhão como base da relação entre ministerialidade laical e ordenada

Até aqui buscamos apresentar neste trabalho a comunhão como manifestação da participação do leigo na Igreja. Contudo sabemos que o ministério dos leigos não é o todo da ministerialidade eclesial. O próprio concílio Vaticano II pensa a ministerialidade laical em colaboração estreita com a ministerialidade ordenada. Segundo o concílio o povo de Deus expresso pela comunhão entre esses dois ministérios.

¹¹⁶ FORTE, Bruno. *A missão dos leigos*. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 65-66.

Neste ponto queremos fortalecer a realidade de comunhão como a causa dinamizadora de toda a vida e sustentabilidade eclesial. A comunhão é o elemento congregador que aqui torna irmãos os seguidores de Jesus dispersos por toda a terra. Além disso, a comunhão agrega valores comuns entre tais seguidores, que embora separados por convicções não podem fugir à condição de homens e mulheres ligados por um único Senhor.

Em Tillard percebemos que o elo de unidade entre os cristãos não comporta a vaidade que faz com que alguns se sintam superiores a outros. Pelo contrário, o teólogo, ao afirmar a condição essencial da Igreja como elemento congregador, comunhão, admite que em sua dimensão vertical há uma sustentabilidade que supera o que possa haver de diferença em virtude da maneira de agir e de pensar meramente humanos. Embora pareça terminar no terreno da transcendentalidade essa análise se funda em uma constatação simples e conhecida da grande maioria dos cristãos: todas as igrejas de Jesus anunciam uma só Boa Nova. O Concílio vai além dessa proposta que igualar iguais quando propõe o diálogo com outras religiões.

A partir dessa ideia de congregação de pessoas pelo que emana do Senhor e não da simples consideração de cada um seu seguidor é necessário frisar que, sobretudo no primeiro capítulo, fica latente a condição de humanidade que reúne todos os homens que, portanto, não podem ser excluídos pelos cristãos, mas reconhecidos por estes como destinatários da graça de Deus na forma cristã concebida. Nisso, chegamos à ideia de ecumenismo, onde cada pessoa deve ser respeitada inclusive em função de sua espiritualidade.

A ação pastoral na sociedade conflituosa analisada por Libânio, representa um avanço significativo na concepção do ser cristão. Não importa somente dialogar com pessoas que não comungam de uma mesma espiritualidade. É importante, sobretudo dar apoio a quem perde, inclusive em muitas vezes, a esperança diante da carência material e de condições dignas de vida. Assim, a comunhão entendida como elemento congregador de homens reúne seguidores de Cristo e os empurra em direção a todos os seus semelhantes considerando-os irmãos.

Com as considerações apresentadas nos capítulos citados chegamos à ideia de uma Igreja que se lança ao mundo como igual enquanto presença e aberta enquanto instituição na sociedade. Nessa Igreja o protagonismo laical é

importante não como suporte limitado à garantia de existência da instituição, mas como elemento constitutivo da mesma.

As experiências de pastorais, já abordadas no capítulo anterior, mostram que em diversos momentos e situações de suas vidas os seres humanos precisam de apoio para a superação de determinados problemas. Indubitavelmente, contar com ajuda faz com que qualquer ser humano se sinta amparado, no entanto, a falta de informação geralmente dá a muitas pessoas a sensação de estarem a sós com suas dificuldades. A presença da Igreja, tanto através de ministros ordenados, como de leigos, imbuídos de sentimento evangélico do amor ao próximo é capaz de dar a irmãos que vivem momentos difíceis a certeza de que o Senhor está com eles e que podem encontrar apoio também em seus semelhantes.

A atividade pastoral é presença de Jesus, da Igreja e da humanidade nas vidas de pessoas que sofrem. Para que isto aconteça é necessária à interação fé e vida que transforma oração em ação e confere coerência entre o anúncio e a prática, condição fundamental ao convencimento de outros seres humanos a fim de que se convertam e multipliquem o número dos seguidores de Jesus com vistas a um mundo mais humano e fraterno.

O movimento que faz da Igreja um organismo vivo na sociedade não é unilateral ou meramente vertical. Como vimos no segundo capítulo, há nela uma diversidade. Há ministérios e serviços importantes que assim devem ser reconhecidos. Leigos e ministros ordenados são responsáveis pela disseminação da Palavra de Deus e pela conseqüente perenidade da Igreja. Em suma, os sacerdotes e diáconos podem ser suficientemente preparados para o bom desempenho da atividade pastoral, mas precisam contar com um número significativo de irmãos que multipliquem suas palavras e ideias. O laicato está, ao contrário dos ministros ordenados, disperso pelos diversos setores da sociedade e pode evangelizar em lugares onde o número dos sacerdotes, que não são maioria na humanidade, não pode estar ou chegar, como já abordamos nesse trabalho.

A comunhão se faz plenamente presente onde existe essa sinergia entre os irmãos não obstante a sua posição institucional ou hierárquica. Nas pastorais o padre é um coordenador, um gestor de grupos e não o homem que está acima de todos os demais e isso se verifica, sobretudo no dia-a-dia da prestação de serviços da Igreja.

Nesta abordagem contaremos com o auxílio do Documento de Aparecida, com o trabalho de Agenor Brighenti¹¹⁷ e com alguns documentos da Igreja como a Carta Encíclica do Papa João Paulo II, “Sollicitudo Rei Socialis”.

3.4

Comunhão no serviço ao Reino e ao próximo

Um discurso de Jesus sobre sua volta (Mt 16,27) pode dar margem à ideia de que há possibilidade de garantia de salvação a partir de nossas obras. Isso permite uma interpretação na qual a graça se torna um mérito e não um objeto da livre vontade divina. No entanto, o Reino é domínio de Deus e é sua decisão, visto que se refere ao juízo final e à ruína de Jerusalém¹¹⁸. Ademais, ao afirmar que retribuirá a cada um segundo seu comportamento (cf. Mt 16,27) o Senhor demonstra não caber a nenhuma ação humana o critério para suas considerações. Portanto, a melhor maneira de obter os benefícios prometidos por Jesus é não realizar ações os objetivando, mas prestar atenção aos seus ensinamentos e palavras.

O serviço pastoral vem a ser uma graça no que diz respeito ao seu caráter altruísta, cujo único interesse é o bem-estar do outro e ao mesmo tempo, é manutenção da comunhão que funda “o novo povo de Deus”¹¹⁹, expressão esta que abre espaço para a necessidade de o cristão, atualmente, considerar-se responsável pela perenidade da Igreja e também pelo auxílio salvador aos seus semelhantes que sofrem, o que torna a presença do laicato ainda mais importante. Isso tanto pode se dar no atendimento àquele que procura a Igreja, como na assistência a alguém que necessita de auxílio material e no despertar de consciência. A ação pastoral tende a promover e defender a dignidade na medida em que convence seres humanos da igualdade entre si e da sua condição de criatura amada de Deus. Cada agente de pastoral é um dom do Criador para a

¹¹⁷ Agenor Brighenti é presbítero brasileiro, da diocese de Tubarão (SC), doutor em Ciências Teológicas e religiosas na Universidade de Louvain, Bélgica; especializado em Pastoral Social pelo Instituto Teológico-Pastoral do CELAM, Medellín, Colômbia.

¹¹⁸ Os VV 27 e 28 associam, por sua semelhança, duas afirmações de Jesus sobre dois eventos diferentes do Reino de Deus: o Reino do Pai instaurado pelo juízo final (v. 27) e o Reino de Cristo, que se manifesta com a ruína de Jerusalém (24,1). Cf. BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1996, Nota “v”.

¹¹⁹ Cf. LG 13.

humanidade: Agradecemos a Ele ter-nos associado ao aperfeiçoamento do mundo, dando-nos inteligência e capacidade de amar e lhe agradecemos também a dignidade, que recebemos também como tarefa que devemos proteger, cultivar e promover¹²⁰. Isso explica a condição do serviço da Igreja no seio da sociedade. O cristão, de modo geral, deve mostrar alternativas à maneira humana de ser no mundo, onde impera a injustiça social:

Uma das maiores injustiças do mundo contemporâneo consiste precisamente nisto: que são relativamente poucos os que possuem muito e muitos os que não possuem quase nada. É a injustiça da má distribuição dos bens e dos serviços originariamente destinados a todos.

E então, eis o quadro: há aqueles – os poucos que possuem muito – que não conseguem verdadeiramente ‘ser’, porque, devido a uma inversão da hierarquia dos valores, estão impedidos pelo culto do “ter”; e há aqueles – os muitos – que possuem pouco ou nada – que não conseguem realizar a sua vocação humana fundamental porque estão privados dos bens indispensáveis¹²¹.

Além disso, atualmente é fácil perceber competições que produzem inimigos, relações sociais meramente interesseiras nas quais se deve procurar tirar vantagens de tudo e o uso da humanidade como meios de fortalecimento econômico de nações e outro ser humano em particular. Tudo isso é prejuízo para a dignidade. A pregação evangélica deve mostrar o contrário. Os seres humanos são semelhantes, não inimigos. As relações sociais devem ser interessadas no bem-estar geral e a única vantagem que se deve delas tirar é a de se fazer a diferença em prol de outro. O olhar o outro como semelhante faz a diferença no trabalho pastoral. Isso ajuda a acreditarmos que nosso irmão é capaz de mudança de atitude. Um exemplo disso é o encontro de Jesus com Zaqueu, reconhecido pecador que recebe a amizade e o carinho do mestre a despeito do que julgavam os seus críticos (cf. Lc 19,1-10). A alteridade é conceito fundamental à prática cristã, como propõe o Concílio Vaticano II:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens do nosso tempo, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos do Cristo; e nada existe em seu coração¹²².

A atividade pastoral tem como ponto de partida o ensinamento do Senhor e como ponto chegada o irmão que sofre, pois quando nos fazemos iguais, como deve ser, e isso conseguimos ao pensar que também precisamos dos outros,

¹²⁰ Cf. DAp 104.

¹²¹ SRS 28.

¹²² GS 1.

percebemos que é no sofrimento que se aflora a fragilidade humana, por exemplo, na perda de um ente querido ou em catástrofes como as inundações e deslizamentos de barreiras provocados por chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro nos primeiros dias do ano de 2011. Um outro aspecto do destino da ação pastoral é o fato de que não se anuncia o Evangelho a outro animal que não o homem quando se tem em vista o aperfeiçoamento do mundo levando-se em conta que outro ser não influenciaria a realidade tanto quanto o humano. Um exemplo simples: caso existisse apenas uma pessoa, ela não teria parâmetros humanos de beleza, inteligência, etc. o que forçosamente a obrigaria a ser ela mesma, e sem possibilidade de comunicação com um seu igual, não precisaria intervir na realidade, visto que não teria noção de conforto e segurança que não o próprio instinto de autopreservação.

O exemplo acima se perde no vazio quando percebemos a presença humana no mundo como forma de atribuição de sentido a realidade. O homem age sobre a natureza. Ele nomeia coisas e outros seres. Ele cria e destrói em nome de sua sobrevivência e vaidade. Da mesma forma que age sobre a realidade dando-lhe sentido, o ser humano é o único capaz de fomentar uma mudança no sentido de tornar o mundo um lugar melhor para si e para todos os demais seres. Para tanto, é necessária uma mudança de atitude em relação à vida e por isso a ação pastoral é de suma importância:

Os fiéis leigos são (...) ‘homens da Igreja no coração do mundo, e homens do mundo no coração da Igreja’. Sua missão própria e específica se realiza no mundo de tal modo que, com seu testemunho e sua atividade, contribuem para a transformação das realidades e para a criação de estruturas justas segundo os critérios do Evangelho¹²³.

Essas palavras propõem a seguinte reflexão: a validade da ação evangelizadora está condicionada à coerência de quem anuncia a Palavra. A verossimilhança do trabalho do evangelizador ou agente pastoral se dá quando reconhecidamente este é capaz de estabelecer a prática como critério da verdade que anuncia tornando-se portador da confiança de seus interlocutores. Essa postura social decorre da situação social onde os homens são mais adversários que semelhantes e o juízo que se faz do outro, em certa medida é o que se faz de si mesmo. Atualmente há muitos homens incapazes de confiança porque não são confiáveis e reconhecem isto em si mesmo, por exemplo, há pessoas que criticam

¹²³ DAp 209-210.

políticos corruptos, mas afirmam que em seu lugar agiriam da mesma forma, e que não confiam nesta classe, ou seja, reproduzem nos outros o que constata em seu próprio respeito.

A comunhão é uma expressão da coerência evangélica da Igreja. Os leigos e os ministros ordenados atuam em conjunto na missão evangelizadora e onde há uma pastoral, independente da presença ou da ausência ministerial diaconal ou presbiteral, o laicato torna presente a própria Igreja.

Hoje, toda a Igreja na América Latina e no Caribe querem colocar-se em estado de missão. A evangelização do Continente, dizia-nos o papa João Paulo II, não pode realizar-se hoje sem a colaboração dos fiéis leigos. Hão de ser parte ativa e criativa na elaboração e execução de projetos pastorais a favor da comunidade. Isso exige, da parte dos pastores, maior abertura de mentalidade para que entendam e acolham o 'ser' e o 'fazer' do leigo na Igreja, que por seu batismo e sua confirmação é discípulo e missionário de Jesus Cristo. Em outras palavras, é necessário que o leigo seja levado em consideração com espírito de comunhão e participação¹²⁴.

Dito isso, a comunhão eclesial é uma forma aparente de testemunho da Trindade que funda a Igreja. É um dado aparente que confere coerência à ação pastoral. Entretanto, há nesse contexto a subjetividade. O agente de pastoral precisa ser também individualmente coerente. Somente dessa maneira se convence interlocutores.

Essa análise demonstra que a ação pastoral não ocorre de forma estanque e muito menos isolada ou é atribuição específica de A ou de B. Ela nasce da comunhão de irmãos que decidem seguir o Cristo e assim é desenvolvida no seio da humanidade. Agenor Brighenti nos dá um modelo de ação que exprime a maneira ordenada e conjunta de ação pastoral da Igreja:

Dada a forte conotação sócio transformadora e libertadora deste modelo, a ação pastoral é vislumbrada no protagonismo dos leigos e dos pobres. Em relação aos leigos, vê-os como sujeitos com 'vez e voz', com ministérios próprios, oportunidade de formação bíblica e teológico-pastoral, concede-lhes lugar de decisão em conselhos e assembleias, bem como de coordenação à frente dos diferentes serviços pastorais. Quanto aos pobres, muda à ótica: de objetos da caridade alheia, passam a ser tomados como sujeitos de um mundo solidário e fraterno. A Igreja, além de assumir sua causa, assume, igualmente, seu lugar social, através de comunidades eclesiais inseridas numa perspectiva libertadora, com ênfase na pastoral social, dada a sua precária situação. Nasce serviços de pastoral com espiritualidade e fundamentação própria, como a pastoral operária, pastoral da terra e rural, a pastoral da saúde e dos enfermos, a pastoral dos

¹²⁴ DAp 213.

direitos humanos, a pastoral da criança, a pastoral da ecologia, a pastoral da consciência negra e indígena, a pastoral da mulher, etc.¹²⁵.

Então, tanto de acordo com Agenor Brighenti, como com Libânio, a Igreja marca sua presença no meio do povo não prioritariamente por meio da pregação evangélica, mas sim, por meio da ação que dela emerge, tendo em vista a construção de um mundo mais justo e fraterno. E a maneira, talvez, mais eficaz de se realizar tal tarefa é fazê-lo ostensivamente, por meio da prática.

3.5

O Reino de Deus materializado na ação pastoral

O Reino de Deus, conforme já visto neste capítulo, independe da ação ou do mérito humanos. Mas são os seres humanos tomados pela fé que o anunciam e o tornam reconhecido e desejado por seus semelhantes. Vemos, portanto, que o Evangelho é o princípio da ação pastoral e a coragem de que necessita o agente não tem outra fonte que não os ensinamentos de Jesus. Como Estevão, que mesmo percebendo a intenção de seus algozes não declinou de suas convicções (cf. At 7,54-57), assim o cristão precisa estar firme em seu propósito alimentado pelas palavras do Mestre. É assim que deve se processar o empenho dos cristãos em busca da justiça e em defesa e na promoção da dignidade sempre tendo como interesse o bem-estar humano, pois a “Igreja é perita em humanidade”¹²⁶ e sua existência não teria o menor sentido sem os homens, destinatários de toda a pregação evangélica.

A atividade pastoral cria consciência. Há relatos de pessoas que mudaram de atitude diante da vida quando em contato com agentes de pastorais. Há mães que aprenderam a não deixar que a desnutrição mate seus filhos depois de tomarem conhecimento das receitas da Pastoral da Criança. Há reclusos que admitem os erros que os conduziram à prisão e se esforçam por serem diferentes quando recebem visitas constantes da Pastoral Carcerária. Também não se pode esquecer que o trabalho da catequese é responsável direto pela renovação da Igreja. Isso tem influência direta sobre a sociedade quando pensamos que se pode

¹²⁵ BRIGHENTI, Agenor. *A pastoral dá o que pensar*. A inteligência da prática transformadora da fé. Coleção livros básicos de teologia, São Paulo: Paulinas; Valência: Esp.: Siquem, vol. 15, 2006, p. 37.

¹²⁶ Cf. SRS 4.

ajudar um ser humano a não multiplicar a violência revidando uma agressão ensinando a ele o valor do perdão. Outrossim, o trabalho pastoral infunde nos irmãos o desejo de extinção da carência material e emocional. Nesse sentido há campanhas de solidariedade com os irmãos que sofrem de fome, frio e outros tipos de flagelos sociais e climáticos. O conforto espiritual tem importante destaque na ação pastoral, sobretudo em casos de perdas de vidas humanas. Tudo isso é realizado de forma comunitária. Nenhum irmão se autodenomina provedor da graça ou da solução dos problemas do outro, mas há sempre uma apresentação em nome da Igreja. Isso é comunhão. Onde todos são levados em conta ainda que não estejam presentes e são considerados sob o signo do Senhor há plenitude de comunhão.

Essa maneira de conceber a condição de cristãos nos coloca diante dos seguintes palavras do Apóstolo Paulo: “Vós fostes chamados à liberdade, irmãos. Entretanto, que a liberdade não sirva de pretexto para a carne, mas, pela caridade, colocai-vos a serviço uns dos outros” (Gl 5,13). A liberdade consiste na realização do benefício ao outro tendo como interesse somente o bem que se está a realizar, apesar de se julgar, em certos meios, que uma boa ação é capaz de conduzir o ser humano ao paraíso.

O agente pastoral tem a missão de promover o aperfeiçoamento do mundo a partir dos ensinamentos de Jesus e não de garantir para si uma salvação já dada à humanidade pelo próprio Deus através de seu Filho Unigênito. Cabe aos cristãos, agora, multiplicarem em Palavras e ações aquilo que do Senhor receberam buscando “conscientizar as massas e fazer delas agentes da própria libertação”¹²⁷. Isto nos permite chegar à conclusão de que não é necessariamente missão dos cristãos levar a cabo uma luta de implementação do Reino que há de vir, mas sim a de promover entre os seres humanos a justiça realizando um “serviço que visa à salvação do ser humano total, à libertação integral”¹²⁸. E isto se faz criando consciência crítica. Nesse sentido a multiplicação das palavras do Senhor nos convoca à realidade. Ela nos impele ao empreendimento corajoso de ir em direção ao outro e se fazer outro, conforme palavras contidas no testemunho do diácono Guido, de Talca no Chile:

¹²⁷ COMBLIN, J. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 89.

¹²⁸ BRIGHENTI, Agenor. *Op. cit.*, p. 133.

Cerca de 15 anos o Senhor me concedeu o privilégio de compartilhar a vida de homens e mulheres em uma área muito popular de Talca. O exemplo e a constante reflexão de sacerdotes, religiosos (as) e teólogos que vivem em situações semelhantes têm sido fundamentais no meu processo de integração e inculturalidade e junto a mesmas que constantemente me mostrado como amá-los e servi-los¹²⁹.

Este testemunho, que se confirma nas palavras do Pe. Comblin:

(...) apareceu uma nova geração de sacerdotes e religiosos e, do meio deles, uma geração de bispos proféticos. Eram poucos, mas dotados de força espiritual incomum. Quiseram primeiro conhecer a realidade humana das suas paróquias e dioceses. Ora, quem pretende conhecer a realidade humana chega necessariamente a uma eclesiologia do povo de Deus, porque é a única que integra a realidade humana na teologia (...) indo para a realidade, descobriram que essa realidade era a pobreza. Na América Latina a pobreza era realidade escandalosa. Inúmeros desses pobres eram católicos, fiéis à Igreja, e os seus opressores - os autores de sua pobreza-, também eram católicos, muito apegados à Igreja. Essa foi à realidade encontrada. Muitos dos bispos que tomaram consciência disso registraram sua preocupação em Medellín e Puebla¹³⁰.

Nos conduz à ideia de que não se pode imaginar uma Igreja que simplesmente espere que as pessoas vão até ela. É necessário que os cristãos digam “presente” à convocação da realidade procurando estar no meio do povo e assim mostrar que Cristo é parceiro dos anseiam por paz, justiça, alegria e esperança.

¹²⁹ GOOSSENS, Guido. *A esperança dos pobres vive* – coletânea em homenagem aos 80 anos de José Comblin. São Paulo: Paulus, 2003, pp. 25-26. A tradução é minha.

¹³⁰ COMBLIN, J. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 89.